



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

DOI: <http://doi.org/10.20873/ELETFUTU>

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “ELEITOR DO FUTURO” NO ESTADO DE GOIÁS

EXPERIENCE REPORT: THE IMPLEMENTATION OF THE “VOTER OF THE FUTURE” PROGRAM IN THE STATE OF GOIÁS

RELATO DE EXPERIENCIA: LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA “ELECTOR DEL FUTURO” EM EL ESTADO DE GOIÁS

Recebido 01/06/2024	Aprovado 06/08/2024	Publicado 30/08/2024
------------------------	------------------------	-------------------------

Rafael Dídimo Santos¹
Ramon de Freitas Elias Campos²
Ricardo Barbalho Marques³
Suzana Gilioli da Costa Nunes⁴

RESUMO: Este relato descreve a implementação do Programa "Eleitor do Futuro" em Goiás, iniciativa destinada a educar jovens sobre sua participação política e cidadania ativa. Coordenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE/GO), o programa envolveu palestras, visitas educativas, simulações de eleições e parcerias estratégicas com entidades como a OAB/GO e Secretaria de Estado de Educação. Os resultados indicam um aumento no interesse dos alunos por temas políticos e uma maior conscientização sobre seus direitos civis. Apesar dos desafios iniciais, como engajar escolas e gerenciar recursos limitados, as lições aprendidas reforçaram a importância da flexibilidade e colaboração para o sucesso do programa.

¹ Aluno mestrando em Governança e Transformação Digital pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

² Aluno doutorando em Governança e Transformação Digital pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

³ Aluno mestrando em Governança e Transformação Digital pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

⁴ Pós Doutora pela UNESP e pela Univ. de Coimbra. Doutora em Administração (Mackenzie) Professora da Universidade Federal do Tocantins. suzanagilioli@uft.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3173-2998>



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

PALAVRAS-CHAVE: Programa "Eleitor do Futuro"; Educação cívica; Participação política; Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Escola Judiciária Eleitoral.

ABSTRACT: This report describes the implementation of the "Eleitor do Futuro" Program in Goiás, an initiative aimed at educating youth about their political participation and active citizenship. Coordinated by the Regional Electoral Tribunal (TRE/GO), the program involved lectures, educational visits, election simulations, and strategic partnerships with entities such as OAB/GO and the State Department of Education. The results indicate an increased interest among students in political topics and greater awareness of their civil rights. Despite initial challenges such as engaging schools and managing limited resources, the lessons learned underscored the importance of flexibility and collaboration for the program's success.

KEYWORDS: "Future Voter" Program; Civic education; Political participation; Regional Electoral Tribunal of Goiás; Electoral Judiciary School.

RESUMEN: Este informe describe la implementación del Programa "Eleitor do Futuro" en Goiás, una iniciativa destinada a educar a los jóvenes sobre su participación política y ciudadanía activa. Coordinado por el Tribunal Regional Electoral (TRE/GO), el programa incluyó charlas, visitas educativas, simulaciones de elecciones y colaboraciones estratégicas con entidades como la OAB/GO y la Secretaría de Estado de Educación. Los resultados muestran un aumento en el interés de los estudiantes por temas políticos y una mayor conciencia sobre sus derechos civiles. A pesar de los desafíos iniciales, como la participación de las escuelas y la gestión de recursos limitados, las lecciones aprendidas destacaron la importancia de la flexibilidad y la colaboración para el éxito del programa.

PALABRAS CLAVE: Programa "Electores del Futuro"; Educación cívica; Participación política; Tribunal Electoral Regional de Goiás; Escuela Judicial Electoral.

INTRODUÇÃO

Os jovens normalmente são vistos como distantes da política. Diversas pesquisas em vários países mostram que eles geralmente possuem pouco ou nenhum conhecimento ou interesse pela política e pelos sistemas políticos (Chisholm, 2008).

Tais pesquisas têm levantado preocupações sobre um possível



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

distanciamento entre a juventude e a política, levando à percepção que seu desinteresse e despreparo pode levar a desaguar em problemas maiores, como crises das instituições em si.

Ademais, o tema da formação moral e cívica dos cidadãos não é novo. Em verdade, ele é bem impactante, visto que se projeta não apenas o reflexo do presente, mas do futuro da sociedade que desejamos que se perpetue.

Nesse passo, vários estudos tendem a concordar que para o sucesso de uma sociedade, apenas ter instituições bem projetadas não é suficiente. Ela precisa de cidadãos que possuam conhecimento, habilidades e características adequadas. Assim, existe um senso comum que assinala que bons cidadãos são moldados, não simplesmente nascem.

Em outras palavras: oportunizar ao cidadão em formação questões sobre seu efetivo engajamento na sociedade afeta diretamente a sua participação nas questões políticas que o cercam, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente.

Indo além do senso comum, estudos já realizados verificam a eficácia de programas de conscientização da população jovem quanto a questões políticas em diversos eixos:

1) O conhecimento ajuda os cidadãos a entender seus interesses: é evidente que quanto mais conhecimento temos, melhor podemos entender o impacto das políticas públicas em nossos interesses e mais eficazmente podemos promover nossos interesses no processo político. (Delli Carpini & Keeter, 1996);

2) O nível de consciência aumenta a consistência de opiniões: foi possível estabelecer uma relação linear forte entre conhecimento político e a estabilidade das atitudes políticas. Na mesma pesquisa, inferiu-se que eleitores mais informados exibem níveis muito mais altos de consistência ideológica

(Delli Carpini & Keeter ,1996);

3) Menor conhecimento, menor compreensão: a menos que os cidadãos possuam um nível básico: especialmente sobre instituições e processos políticos - é difícil para eles entender eventos políticos ou mesmo reinterpretar novas informações em uma estrutura existente. Cidadãos com pouca informação são muito mais propensos a julgar autoridades de acordo com suas leituras de caráter meramente pessoal, não contextual. Eleitores menos capazes de compreender o quadro geral, confiarão em uma percepção estrita de caráter pessoal, que pode ser facilmente distorcida. (Popkin & Dimock , 2000);

4) Quanto mais conhecimento os cidadãos possuem, menos propensos são a experimentar uma desconfiança generalizada: a ignorância é o pai do medo, e o conhecimento é a mãe da confiança. Cidadãos com pouca informação, em um ambiente de debate político polarizado são muito mais propensos a concluir que ambos os lados são iguais e que o futuro é indiferente, independentemente de quem vença o debate, enfraquecendo as instituições;

5) O conhecimento promove apoio a valores democráticos: quanto mais aprofundada a ciência dos cidadãos sobre princípios e instituições políticas, mais propensos são a apoiar princípios democráticos fundamentais, começando pela tolerância (Delli Carpini & Keeter ,1996).

Nesse quadro, em uma democracia representativa, a forma de governo obtém seu poder com a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão política (Meyer ,2009). Assim, se os cidadãos evitam a política, um risco sistêmico se forma: o sistema democrático perderá sua função legitimadora.

Em resposta a tais demandas, o Programa "Eleitor do Futuro" foi



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

concebido com o objetivo de promover a inclusão social e política de jovens brasileiros, incentivando a participação consciente no processo eleitoral.

Idealizado pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira em 2002, enquanto Corregedor Geral Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o programa visa educar jovens de 10 a 15 anos sobre seus direitos e deveres como futuros eleitores.

É importante salientar que, dentro da democracia brasileira, a Justiça Eleitoral exerce um papel central, visto que ao mesmo tempo que é a condutora do processo eleitoral em si, também é o principal agente da denominada “Governança Eleitoral”.

Em trabalho de referência, (Mozaffar & Schedler ,2002) definem que a denominada “Governança Eleitoral”, seria um abrangente número de atividades que cria e mantém o vasto arcabouço institucional no qual se realizam o voto e a competição eleitoral, operando em três diferentes níveis: 1) formulação das regras (*rule making*), 2) aplicação das regras (*rule application*) e 3) adjudicação das regras (*rule adjudication*).

De maneira resumida, podemos assim condensar o pensamento dos autores:

1) Rule Making: envolve a definição das regras básicas do processo eleitoral. Nesse estágio da governança eleitoral, são estabelecidos elementos como a fórmula mediante a qual se chegará aos nomes dos eleitos (eleição majoritária ou proporcional), a circunscrição das eleições, as datas e outras questões legais, que garantem aos participantes a segurança sobre como o processo será conduzido. Nesse contexto, também se determinam outras regras, como, no caso brasileiro as condições de elegibilidade, causas de inelegibilidade e outros.

2) Rule Application: refere-se ao gerenciamento do processo eleitoral. Isso

inclui o registro de partidos, candidatos e eleitores, a distribuição das urnas, apuração e contagem dos votos e outros procedimentos a serem seguidos no dia da eleição, além de outras regras que asseguram transparência, eficiência e imparcialidade na administração do processo.

3) Rule Adjudication: é o exercício da jurisdição, ou o denominado “contencioso eleitoral”. Nesse nível, são administradas as controvérsias da disputa, estabelecidos os procedimentos, realizada a contagem dos votos e publicados os resultados finais.

Em quadro sintético, podemos assim visualizar:

Quadro 1
Diferentes Níveis da Governança Eleitoral

<i>Rule Making</i>	<i>Rule Application</i>	<i>Rule Adjudication</i>
(Legiferação) Escolha e definição das regras básicas do jogo eleitoral, como: <ul style="list-style-type: none">• Definição da fórmula eleitoral (dimensão dos distritos, magnitude).• (In)Elegibilidade.• Perfil dos organismos eleitorais.• Financiamento das campanhas.• Definição do registro de candidatos, partidos e eleitores.• Data das eleições.	(Administração e execução) Organização e administração do jogo eleitoral, como: <ul style="list-style-type: none">• Realizar o registro dos partidos (coligações), candidatos e eleitores.• Garantir as condições materiais para o exercício do voto.• Garantir a publicidade da realização das eleições.• Distribuição das urnas.• Promover campanhas educativas.	(Contencioso) Solução para controvérsias e litígios. Publicação dos resultados, como: <ul style="list-style-type: none">• Julgar e solucionar os litígios.• Garantir a aplicação correta das regras do jogo eleitoral.• Garantir a transparência e a confiança nos resultados eleitorais.

Fonte: Mozaffar e Schedler (2002).



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

O ponto nodal do trabalho busca então descrever a experiência da promoção de campanhas educativas, parte do denominado “Rule Application”, através da análise da implementação do supramencionado programa “Eleitor do Futuro” em Goiás, sob a direção do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO), bem como os resultados alcançados até o momento.

RELATO DO CASO

Em Goiás, o programa foi formalmente instituído pelo Presidente do TRE/GO, Desembargador Elcy Santos de Melo, através da Portaria TRE/GO nº 1.218 de 19 de outubro de 2005 (BRASIL, 2005). A portaria criou a Comissão Executiva do Programa “Eleitor do Futuro” em Goiás, liderada pelo Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, Dr. Eládio Augusto Amorim Mesquita, com o apoio de servidores do TRE/GO.

Para o sucesso do programa, a Comissão Executiva buscou parcerias com diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB/GO), a Secretaria de Estado de Educação, o Tribunal de Justiça do Estado, Varas da Infância e Juventude. Essas parcerias foram fundamentais para a ampliação do alcance e a eficácia das atividades planejadas.

O lançamento oficial do programa ocorreu no dia 07 de dezembro de 2005, coincidindo com as comemorações dos 60 anos da reinstalação da Justiça Eleitoral em Goiás. Esse evento marcou o início das atividades do programa no estado.

Atividades Desenvolvidas

O programa desenvolve uma série de palestras e eventos interativos destinados a alunos da rede pública e privada de ensino, realizadas continuamente. As palestras abordam temas como direitos e deveres dos



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

cidadãos, a importância do voto e o papel da Justiça Eleitoral.

Assim, são organizadas visitas periódicas às sedes do Poder Legislativo Estadual e Municipal, ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás e aos Cartórios Eleitorais. Essas visitas permitem aos jovens conhecer de perto o funcionamento das instituições democráticas e a importância de sua participação.

Uma das atividades mais impactantes desenvolvidas consiste na simulação de eleições utilizando urnas eletrônicas. Assim, sistematicamente, os futuros eleitores têm a oportunidade de vivenciar o processo eleitoral, desde o registro de candidaturas, passando pela propaganda eleitoral, votação até a apuração dos votos, entendendo na prática como ocorre uma eleição.

O programa também inclui apresentações de peças teatrais, concursos de redação e desenho, além de campanhas e mobilizações. Essas atividades culturais ajudam a engajar os jovens de maneira lúdica e educativa.

Jogos e gincanas são utilizados para tornar o aprendizado mais dinâmico e divertido. Essas atividades são especialmente eficazes em despertar o interesse dos jovens pelas questões relativas ao exercício da cidadania.

Ao final, da mesma forma que nas eleições oficiais, os estudantes com maior representatividade e votação são simbolicamente diplomados, em cerimônia oficial, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

Destacam-se, ao final:

1 Importância das Parcerias: fundamentais para a ampliação do alcance e a eficácia do programa, a colaboração entre diferentes entidades enriqueceu as atividades e permitiu uma maior diversidade de abordagens.

2 Métodos Interativos: as simulações e visitas se revelaram extremamente eficazes para engajar os jovens e transmitir conceitos

complexos de maneira acessível e envolvente.

3 Flexibilidade e Adaptação: essenciais para o sucesso do programa, exigiu-se inovação na abordagem educativa visto que foi necessário trazer ao mundo e à linguagem do público temas intrincados e complexos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O programa foi inicialmente implementado em escolas da capital e de Anápolis, com planos de expansão para outras cidades do interior de Goiás. Nas escolas participantes, observou-se um aumento significativo no interesse dos alunos por temas políticos e civis.

Os jovens que participaram do programa demonstraram uma compreensão mais profunda de seus direitos e deveres como cidadãos. Muitos expressaram um maior interesse em participar ativamente da vida política e social de suas



comunidades.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

Figura 1: Cerimônia de diplomação dos vereadores mirins, com a presença de pais e autoridades.

Fonte: SECOM/TRE-GO

Lado outro, as parcerias estabelecidas com diversas entidades públicas e privadas foram cruciais para o sucesso do programa. A colaboração dessas instituições permitiu a realização de um número maior de atividades e alcançou um público mais amplo.

Ano	Quantidade
2019	14
2020	0
2021	0
2022	4
2023	15
2024	12

Tabela 1: Distribuição das Eleições do programa Eleitor do Futuro por ano de realização

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

*Dados começaram a ser registrados apenas a partir de 2019

**2020 e 2021 em razão da pandemia de covid-19 não foram realizadas eleições.

***2024 até o mês de maio

Desafios

1 Engajamento Inicial: existem dificuldades em engajar algumas escolas e alunos nas atividades do programa. É necessário um esforço contínuo para convencer os gestores escolares da importância do programa.

2 Recursos Limitados: A limitação de recursos financeiros e humanos é um desafio constante. Muitas atividades dependem de voluntários e parcerias para serem realizadas.

3 Públicos infantil: Foi necessário uma abordagem flexível e adaptativa para atender às necessidades do público infantil (10 a 15 anos).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em revisão sistemática de literatura, alguns estudos indicam que as evidências de que programas educacionais voltados para o eleitorado aumentam a participação política são relativamente frágeis.

Em estudos norte americanos, três resultados (Bers & Chau, 2010; McDevitt & Kiouisis, 2006; Pasek et al., 2008) não encontraram efeito dos programas de educação cívica sobre o voto.

Já o trabalho de (Bachner, 2010) mostra que a educação cívica tem um efeito estatisticamente significativo no voto, mas os resultados significativos foram encontrados apenas para metade dos pontos de tempo avaliados, e o tamanho do efeito foi modesto (4,5%–5,5%).

Entretanto, ao contrário do reportado mundialmente, a experiência em Goiás serve como um exemplo positivo sobre a importância de educar futuros eleitores desde cedo, promovendo a inclusão social e política de maneira eficaz e abrangente.

Avaliação do evento

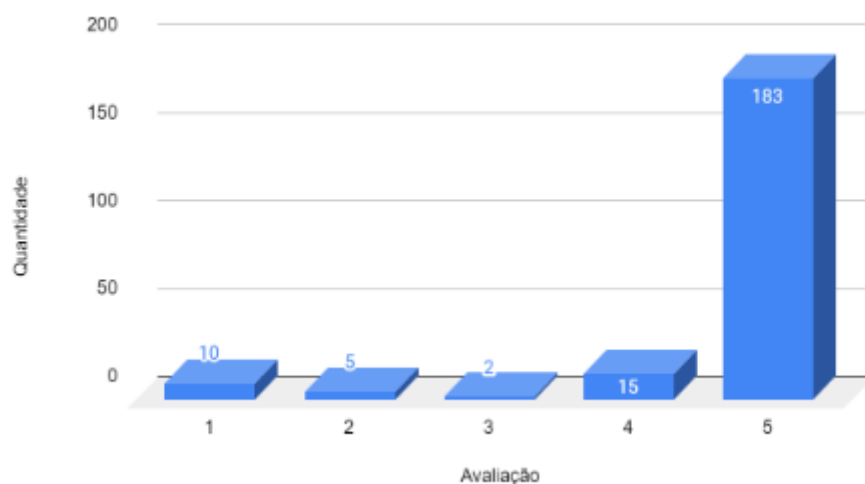


Gráfico 1: Avaliação quanto ao impacto da realização do evento (notas de 1 a 5).

Fonte: Pesquisa de reação realizada pela Escola Judiciária Eleitoral - EJE/TRE-GO

Através dos dados observados, é possível afirmar que o Programa "Eleitor do Futuro" em Goiás tem se consolidado como uma iniciativa valiosa na formação cívica dos jovens. A avaliação altamente positiva dos gestores escolares, conforme revelada pela pesquisa de reação conduzida pela EJE/TRE-GO, reforça o impacto positivo do programa, destacando seu papel na preparação dos futuros cidadãos para uma participação consciente e responsável na vida democrática. Essa aprovação demonstra que o programa não apenas alcança seus objetivos, mas também é valorizado como um agente transformador na educação cívica das novas gerações.

Por meio de atividades diversas e parcerias estratégicas, o programa tem demonstrado sucesso em despertar o interesse dos jovens pelas questões

políticas e sociais. Este programa, portanto, têm sido uma ação importante para contribuir na construção de uma sociedade mais justa e democrática,



envolvendo os jovens de maneira ativa e consciente no processo de formação cidadã.

Figura 2: Cerimônia de diplomação dos vereadores mirins, com a presença de pais e autoridades.

Fonte: SECOM/TRE-GO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHNER, J. From Classroom to Voting Booth: The Effect of Civic Education on Turn-out. New Orleans, **LA: Paper presented at the annual meeting of the Southern Political Science Association**, Hotel InterContinental, 2010.
BERS, M.; CHAU, C. The Virtual Campus of the Future: Stimulating and Simulating Civic Actions in a Virtual World. **Journal of Computing in Higher Education**, v. 22, n. 1, p. 1–23, 2010.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

BRASIL. **Portaria nº 1.218**, de 19 de outubro de 2005. Goiânia, 2005.

Disponível em:

<https://apps.tr-e-go.jus.br/internet/legislacao-compilada/portaria-da-presidencia/portaria-da-presidencia-200501218.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

CHISHOLM, Lynne. Youth and political participation in Europe: Results of the comparative study **EUYOUPART**. Verlag Barbara Budrich, 2008.

DELLI CARPINI, M. X. Review of NH Nie, J Junn, and K Stehlik-Barry, Education and Democratic Citizenship in America. **American Political Science Review**, v. 91, p. 971–972, 1997.

DELLI CARPINI, M. X.; KEETER, S. **What Americans Know About Politics and Why It Matters**. New Haven, CT: Yale University Press, 1996. 397 p.

MANNING, N.; EDWARDS, K. Does civic education for young people increase political participation? **A systematic review**. **Educational Review**, v. 66, n. 1, p. 22–45, 2013.

MARCHETTI, Vitor. **Governança eleitoral: o modelo brasileiro de Justiça Eleitoral**. **Dados**, v. 51, p. 865–893, 2008.

MCDEVITT, Michael; KIOUSIS, Spiro. Experiments in Political Socialization: Kids Voting USA as a Model for Civic Education Reform. **CIRCLE Working Papers**, n. 49, p. 1–52, 2006.

MOZAFFAR, Shaheen; SCHEDLER, Andreas. **The comparative study of electoral governance—introduction**. **International political Science review**, v. 23, n. 1, p. 5–27, 2002.

ÖZLEM, Becerik Yoldaş. **Civic Education and Learning Democracy: Their Importance for Political Participation of Young People**. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 174, p. 544–549, 2015.

PARK, Alison et al. (Ed.). **British social attitudes: The 21st report**. Sage, 2004.

PRINT, M. **Citizenship education and youth participation in democracy**. **British Journal of Educational Studies**, v. 55, n. 3, p. 325–345, 2007.

KIMBERLEE, R. H. Why don't British Young People Vote at General Elections? **Journal of Youth Studies**, v. 5, n. 1, p. 85–98, 2002.

PASEK, Josh et al. **Schools as Incubators of Democratic Participation: Building Long-term Political Efficacy with Civic Education**. **Applied Developmental Science**, v. 12, n. 1, p. 26–37, 2008.

PIRIE, M.; WORCESTER, R. M. **The Big Turn-off: Attitudes of Young People to Government, Citizenship, and Community**. London: Adam Smith Institution, 2000.

POPKIN, Samuel L.; DIMOCK, Michael A. Knowledge, trust, and international reasoning. **Elements of reason: Cognition, choice, and the bounds of rationality**, p. 214–238, 2000.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 2, Maio-Ago., 2024

PRINT, M.; SAHA, L.; EDWARDS, K. **Youth Electoral Study** – Report 1: Enrolment and Voting. Sydney: Australian Electoral Commission, 2004.
WATTENBERG, M. **Is Voting for Young People?** New York: Pearson Longman, 2007.